

EDUCAÇÃO

Boletim Informativo

Índice

<u>03</u>	<u>Ações do CEDUC no combate ao Coronavírus – Covid 19</u>
<u>04</u>	<u>Conselho Nacional de Procuradores-Gerais realiza reunião virtual para discutir assuntos da infância, juventude e educação</u>
<u>05</u>	<u>CEDUC participa de Reuniões do Grupo de Trabalho do FEEBA</u>
<u>06</u>	<u>Seminário Ampliado Projeto Saber Melhor</u>
<u>07</u>	<u>Webinário retorno às aulas: desafios e perspectivas</u>
<u>08</u>	<u>Ministério Público brasileiro pede urgência na votação da PEC que mantém o Fundeb</u>
<u>09</u>	<u>Fundeb: Câmara aprova PEC que prevê 23% de participação da União até 2026</u>
<u>10</u>	<u>Senado aprova PEC do FUNDEB</u>
<u>11</u>	<u>XXII Encontro estadual da UNCME Bahia e II Encontro dos Fóruns de educação do estado da Bahia</u>
<u>12</u>	<u>Plano Nacional de Educação não é cumprido No Brasil</u>
<u>13</u>	<u>Governo da Bahia prorroga decreto que proíbe aulas, eventos e aglomerações</u>

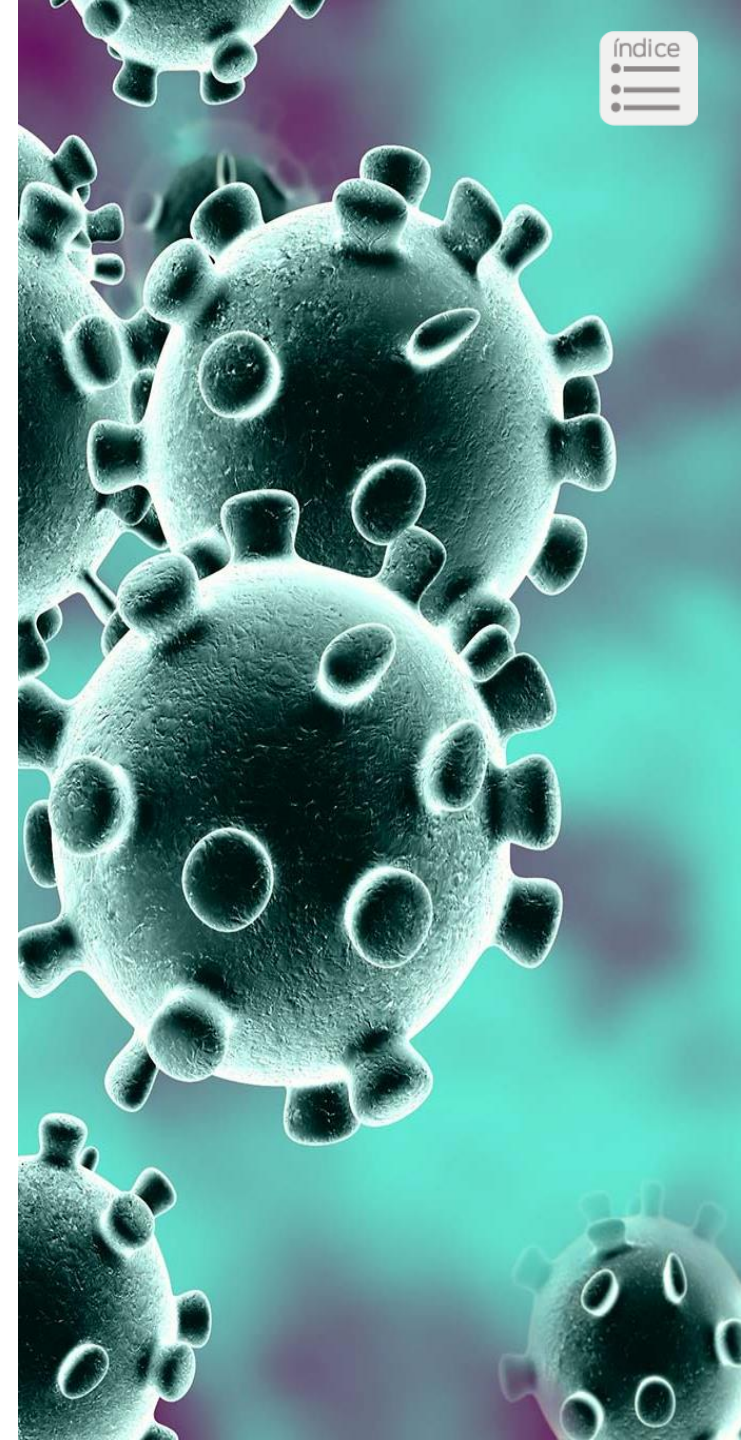
Ações do CEDUC no combate ao Coronavírus – Covid 19

O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (CEDUC) vem trabalhando fortemente no combate ao Covid 19, na área educacional, desta forma a Coordenação e os Núcleos Pedagógico e jurídico do CEDUC continuam realizando orientações com intuito de auxiliar as Promotorias de Justiça com atribuição na Defesa da Educação.

Isto posto, foram encaminhadas, nos meses de julho e agosto, às Promotorias de Justiça da Bahia: Informação Técnica nº 05/2020 e Minuta de Portaria, que versa acerca das atividades pedagógicas não presenciais mediadas ou não por tecnologias, Orientação referente à distribuição de merenda escolar durante o período de suspensão das aulas em razão da prevenção ao novo coronavírus e Minuta de ACP relativa à volta das aulas.

Fonte: CEDUC

Peças elaboradas: [clique aqui](#)



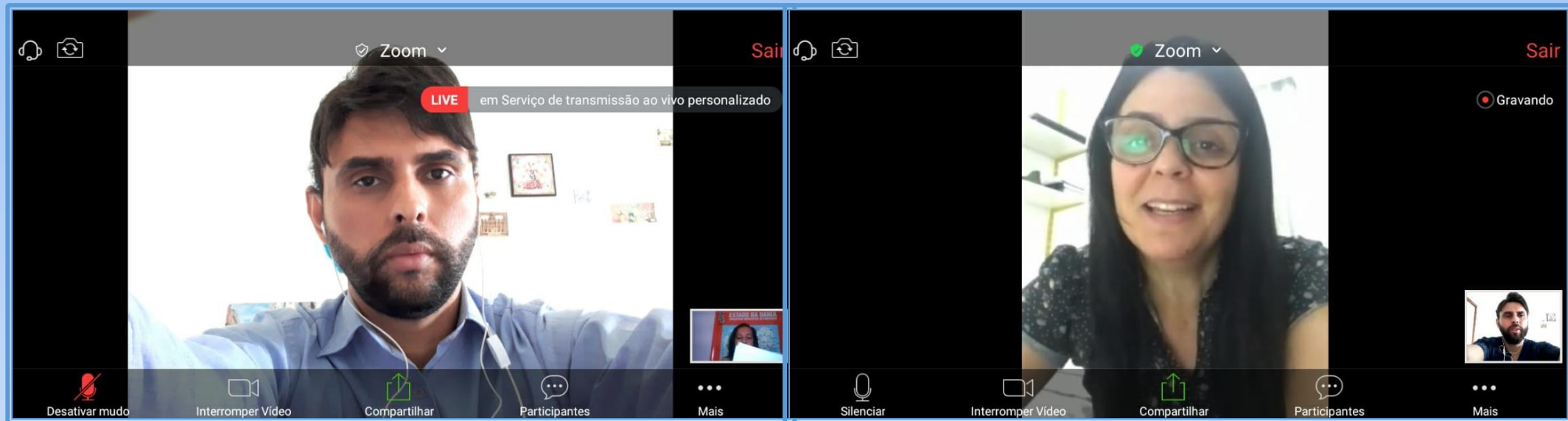
Conselho Nacional de Procuradores-Gerais realiza reunião virtual para discutir assuntos da infância, juventude e educação



No dia 23/07/2020 o CEDUC e GEDUC, representados pelos Promotores de Justiça Adalvo Dourado, Cíntia Guanaes e José Vicente Lima, participaram de reunião virtual organizado pelo Conselho Nacional de Procuradores Gerais a partir da Comissão Permanente de Educação (COPEDEC). Os principais pontos abordados no encontro foram: Parecer CNE/CP nº 11/2020, que tratou das Orientações Educacionais para a Realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais; Apresentação sobre o Gabinete de Articulação e Enfrentamento da Pandemia na Educação – GAEPE, uma experiência em execução no Estado de Goiás; Informações sobre a Portaria CNMP-PRESI nº 122, de 21 de julho de 2020; Apresentação do Aplicativo Transporte Legal, uma iniciativa do MPAL; Definição das estratégias para a defesa do FUNDEB no Senado Federal e Informações sobre a criação da AMPEDUC – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público em Defesa da Educação e apresentação de minuta de Regulamento.

Fonte: CEDUC E GNDH

CEDUC participa de Reuniões do Grupo de Trabalho do FEEBA



Nos meses de julho e agosto do ano em curso, o pedagogo do CEDUC, Sérgio Gomes, participou de Reuniões do subgrupo de trabalho do Fórum Estadual de Educação da Bahia (FEE-BA), voltada para elaboração de documento sobre Democratização do acesso às tecnologias digitais da informação e comunicação, para o qual foi convidado, devido a sua pesquisa de doutorado na área das políticas educacionais para integração das tecnologias digitais nas escolas. O documento fará parte do Parecer (em construção) do FEE-BA, sobre a Reorganização do ano letivo na Bahia.

Seminário do projeto 'Saber Melhor' debate direito à educação durante a pandemia do coronavírus



O direito à educação e as contingências/perspectivas diante da pandemia do coronavírus que ocasionou a suspensão das aulas presenciais em todo o país foram tema de discussão na tarde do dia 24/08/20, durante o seminário ampliado do projeto 'Saber Melhor', que aconteceu por meio da plataforma do Microsoft Teams. A palestra de abertura foi ministrada pela educadora e assessora da União dos Conselhos Municipais de Educação da Bahia (UNCME-Ba), a professora doutora Alda Pepe. “Precisamos rever condutas e protocolos essenciais para voltarmos às atividades presenciais sem corrermos riscos significativos à nossa saúde”, destacou a educadora.

O evento contou com a presença da procuradora-geral de Justiça, Norma Angélica Cavalcanti, que dividiu a mesa de abertura com os promotores de Justiça, Tiago Quadros, coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), e Adalvo Dourado, coordenador do Centro de Apoio Operacional da Educação (Ceduc); e a coordenadora da UNCME-Ba, Gilvânia Nascimento. A programação do evento contou também com uma apresentação sobre o projeto 'Saber Melhor', que foi ministrado pela promotora de Justiça Maria Pilar Cerqueira e pelo doutor em educação e analista pedagógico do MP, José Sérgio Gomes.

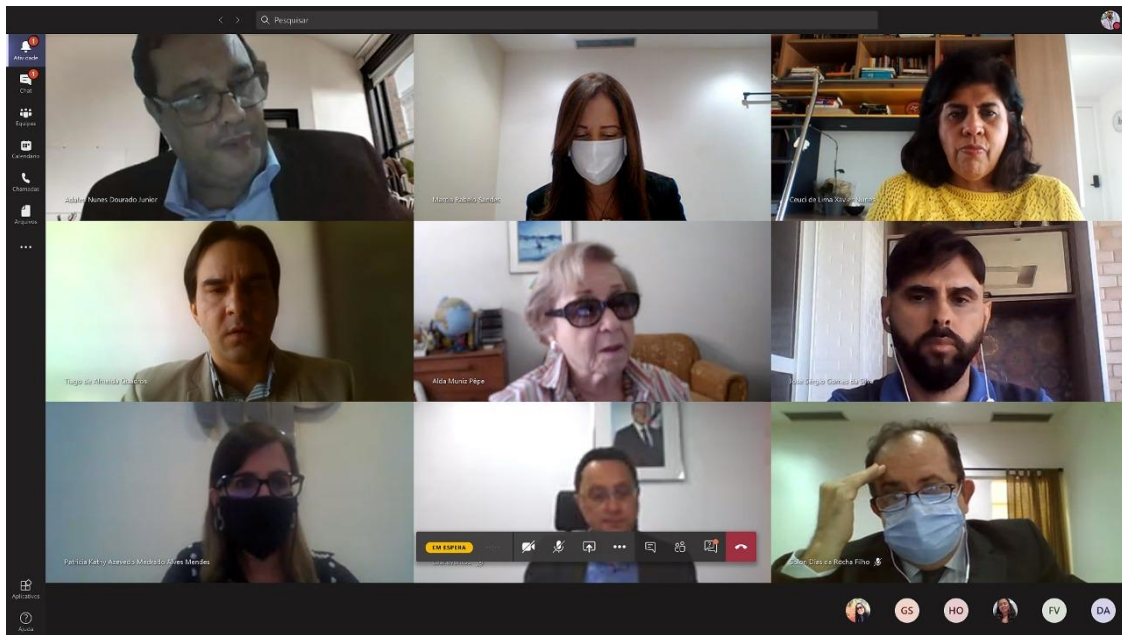
A coordenadora da UNCME-Ba, Gilvânia Nascimento, e o promotor de Justiça Adalvo Dourado, falaram sobre o tema 'Orientações gerais para a garantia do direito à educação em tempos de pandemia'. Adalvo Dourado destacou que o MP elaborou um documento e uma campanha publicitária contra a evasão escolar infantil durante a pandemia, que teve ampla divulgação no site e redes sociais da Instituição. Ele falou também sobre os cuidados com a retomada das aulas. “Cabe-nos definir como retornaremos às aulas presenciais. Acho que devemos nos guiar pelo Conselho Nacional de Educação que sugere a criação de comitês para discutir de forma multifacetada os protocolos essenciais para essa retomada”, afirmou o promotor de Justiça.

Redator: Milena Miranda DRT Ba 2510

[LEIA NA ÍNTEGRA](#)

Conselhos Municipais de Educação

Webinário retorno às aulas: desafios e perspectivas



Estratégias para a formatação do possível retorno às aulas presenciais, após meses de estudo remoto em decorrência da pandemia de coronavírus, foram debatidas no dia 26 de agosto, durante o seminário “Retorno às aulas: desafios e perspectivas”, realizado pelo Ministério Público estadual de forma telepresencial, por meio da plataforma do Microsoft Teams. Organizado pelos Centros de Apoio Operacional da Educação (Ceduc), de Defesa à Saúde (Cesau), da Criança e Adolescente (Caoca), do Consumidor (Ceacon) e de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), o evento foi conduzido pelos promotores de Justiça Adalvo Nunes Dourado, Patrícia Medrado, Márcia Rabello, Solon Dias e Tiago Quadros, respectivamente coordenadores do Ceduc, Cesau, Caoca, Ceacon e Ceaf.

O promotor de Justiça Adalvo Dourado salientou a atuação do MP em face à pandemia. “Desde antes do registro dos primeiros casos de transmissão comunitária na Bahia, a nossa PGJ já instituiu um grupo de trabalho voltado para a questão. Atuamos, na educação, em diversas áreas, dentre as quais destaco o direito à alimentação dos alunos, a estruturação das atividades pedagógicas não presenciais e a prevenção da evasão escolar”, afirmou. A primeira palestrante foi a médica infectologista Ceuci Nunes, diretora do Hospital Couto Maia. Trazendo o aspecto da saúde para o debate da volta às aulas, ela destacou que, embora a ocorrência de casos da Covid-19 seja menos comum nas crianças que nos adultos, a transmissibilidade é um problema a ser levado em conta na volta às aulas presenciais. A educadora e assessora da União dos Conselhos Municipais de Educação da Bahia (UNCME-Ba), professora doutora Alda Pêpe, destacou na sua palestra a necessidade de reformulação curricular e de revisão de condutas e protocolos essenciais sem riscos significativos à saúde de alunos, pais e professores. O subsecretário de Educação do estado da Bahia, Danilo Souza falou da dificuldade de acesso às aulas remotas no estado, onde, segundo ele, pelo menos 20% dos estudantes não possuem estrutura para acessar a internet de suas casas. O evento teve como debatedores a chefe do escritório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em Salvador, Helena Oliveira; do coordenador da Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), Filipe de Araújo Vieira; e do doutor em pedagogia e analista do MP, José Sérgio Gomes da Silva.



Ministério Público brasileiro pede urgência na votação da PEC que mantém o Fundeb



O Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJ) se manifestou, em nota técnica, pela permanência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que deve ser votada pelo Congresso nacional a partir de hoje, dia 21. Emitida por sua Comissão Permanente de Educação (Copeduc), a nota defende a continuidade do Fundeb que, pela lei que o criou em 2006, deixará de existir no dia 31 de dezembro deste ano.

Na nota, a entidade, que reúne os chefes do Ministério Público dos Estados e da União, sustenta que o "Fundeb transformou-se na principal e mais significativa fonte de financiamento da educação básica pública, como também em um importante instrumento de equalização das oportunidades educacionais, sem o qual o custeio deste nível da educação ficará extremamente fragilizado, dificultando, ainda, a fiscalização do cumprimento do investimento mínimo em educação, nos termos exigidos pela Constituição da República". A nota afirma ainda que a supressão do Fundo "certamente comprometerá de forma irrecuperável" as ações destinadas à implementação das Metas dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação".

O documento defende que a sistemática praticada pela aplicação do fundo contribui para a redução das desigualdades regionais e a possibilita a fiscalização dos recursos destinados ao seu uso. A nota é concluída com um pedido para que a pauta seja apreciada e votada com urgência, instituindo a permanência do Fundeb, assegurando o aumento da responsabilidade da União quanto ao financiamento da educação básica pública; e a constitucionalização do Custo Aluno-Qualidade (CAQ), "fortalecendo, assim, a garantia de um padrão de qualidade à educação pública".

Fundeb: Câmara aprova PEC que prevê 23% de participação da União até 2026

A [Câmara dos Deputados](#) aprovou nesta terça-feira (21/07) a proposta de emenda à Constituição (PEC) que renova o [Fundeb](#) – fundo que financia a educação básica – e amplia gradualmente a participação da União, até o percentual de 23% a partir de 2026. Durante a sessão, os deputados votaram o texto-base em primeiro turno e, em seguida, os destaques. Na sequência, passaram à votação do texto-base em segundo turno e depois aos destaques. Com a conclusão da votação, a PEC seguirá para o Senado.

Considerado [essencial para o ensino público no país](#), o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) deixa de existir no fim deste ano, conforme definido na lei que o criou. A renovação é considerada essencial para garantir o reforço de caixa de estados e municípios para investimentos da educação infantil ao ensino médio.



Imagem: Reprodução



Senado aprova novo FUNDEB

O Plenário do Senado aprovou, no dia 25/08/2020, por unanimidade, o novo **FUNDEB** (Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação), tornando-se permanente e com mais recursos da União. Os senadores decidiram não mexer no texto que veio da Câmara para dar tempo de regulamentar o fundo até o final do ano.

O **FUNDEB** atual vence em 31 de dezembro deste ano. Caso houvesse mudanças, o texto teria de ser reavaliado pelos deputados, gerando atrasos ao processo. Eventuais alterações deverão ser contempladas fora do âmbito da PEC aprovada.

Pelo fato de ser incluído agora na Constituição, o Fundeb se torna permanente. Após uma série de negociações com o governo, o Congresso também estabeleceu que a participação da União no fundo aumentará gradualmente. Passará dos atuais 10% para 23% até 2026. O restante do **FUNDEB** é financiado por fundos e impostos, estaduais e municipais, como o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores), segundo o Ministério da Educação.

Fonte: UOL Educação

[LEIA NA ÍNTEGRA](#)

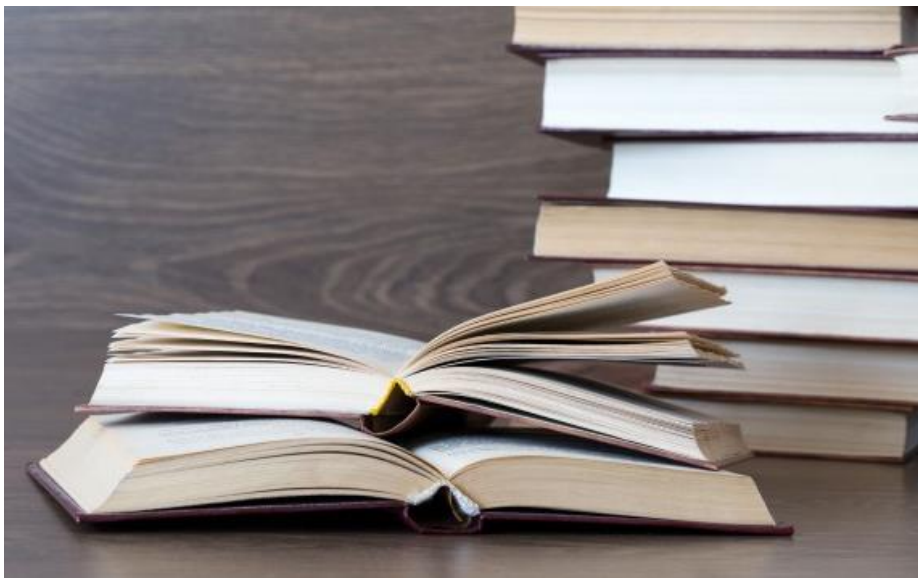
XXII ENCONTRO ESTADUAL DA UNCME BAHIA e II ENCONTRO DOS FÓRUNS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA



A União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, Seccional Bahia, entidade representativa dos Conselhos Municipais de educação e o FEEBA - Fórum Estadual de Educação da Bahia, realizaram , nos dias 05 a 07 de agosto do ano em curso, em conjunto, o XXII ENCONTRO ESTADUAL DA UNCME BAHIA E II ENCONTRO DE FÓRUNS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, com o objetivo de discutir a organização das bases dos sistemas de educação e o processo ético e político do regime de colaboração, numa perspectiva emancipatória e por uma gestão democrática que assegure o direito à educação, considerando a atual conjuntura.

"SISTEMAS DE EDUCAÇÃO, REGIME DE COLABORAÇÃO, GESTÃO DEMOCRÁTICA E O DIREITO À EDUCAÇÃO" representa demanda do campo da educação no momento atual, de crise sanitária, econômica, social, política, educacional no contexto da pandemia do COVID-19. As atividades online promovidas incluem a questão do financiamento da educação por meio do FUNDEB, um aspecto estruturante na organização do sistema. As reflexões e orientações deverão favorecer maior operacionalidade e fundamentação aos fóruns e conselhos de educação, dando oportunidade, inclusive ao fortalecimento e ampliação do conjunto dos Fóruns Municipais de educação na Bahia, bem como o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação.

Fonte: FEE-BA



Plano Nacional de Educação não é cumprido No Brasil

Em 2020, no sexto ano de vigência da Lei nº 13.005/2014, que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, balanço realizado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação aponta total abandono do PNE pelo governo no Brasil e mostra que cerca de 85% dos dispositivos do Plano não serão cumpridos até o final de sua vigência..

Nenhuma das 20 Metas foram cumpridas integralmente, apenas 4 apresentam o status de parcialmente cumpridas e a estimativa é que, dos 36 dispositivos de Meta do PNE com dados para mais de um ano, apenas 6 devem ser cumpridos em seus respectivos prazos. Isso significa que o país não atingirá Metas de ampliação do atendimento educacional (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissionalizante, EJA, ensino superior e pós graduação), de redução das desigualdades educacionais, de alfabetização, de valorização das/os profissionais da educação, de gestão democrática e de um financiamento adequado para a melhoria da qualidade educacional. Também não houve avanço na criação do Sistema Nacional da Educação (SNE) e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SINAEB), previstos no PNE. Além de indicadores estagnados ou em ritmo insuficiente de progressão, o estudo aponta ainda regressões em indicadores relacionados às Metas de educação integral que perdeu de 2014 a 2019 cerca de 10 mil escolas e quase um milhão e meio de matrículas com jornada em tempo integral, de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais que aumentou a taxa de 25% para 27% entre os anos de 2015 e 2018 e das matrículas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na forma integrada à educação profissional que teve redução no percentual de 2,8% para 1,6% entre os anos de 2014 e 2019.

Fonte: EBC/Divulgação

[leia na íntegra](#)

Governo da Bahia prorroga decreto que proíbe aulas, eventos e aglomerações

Decreto estadual que determina a proibição das atividades venceria no domingo (30), e, agora, ficará em vigor até o dia 13 de setembro.

O Governo da Bahia anunciou, na noite desta sexta-feira (28), que prorrogou [decreto que proíbe aulas nas unidades de ensino das redes pública](#) e privada e eventos com mais de 50 pessoas até o dia 13 de setembro. O decreto estadual venceria no domingo (30).

Segundo informações do governo, a prorrogação será publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) de sábado (29). O decreto proíbe as atividades que envolvem aglomeração de pessoas, como shows, feiras, apresentações circenses, eventos científicos, passeatas, bem como abertura e funcionamento de zoológicos, museus, teatros, dentre outros.

De acordo com o governo, a prorrogação envolve ainda a suspensão do transporte coletivo intermunicipal em diversas cidades baianas com registros recentes (menos de 14 dias) de casos da Covid-19.

Continuam suspensas nesses municípios a circulação, saída e chegada de qualquer transporte coletivo intermunicipal, público e privado, rodoviário e hidroviário, nas modalidades regular, fretamento, complementar, alternativo e de vans.

Expediente

Procuradora Geral de Justiça
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CEDUC
Coordenador
Adalvo Nunes Dourado Júnior

Equipe
Cristiane Moreira Araújo
Elizabeth Alves Silva Ferreira
Jocélia dos Santos Silva
José Sergio Gomes da Silva
Simone Ribeiro Silva Ribeiro
Rafael Augusto Mansur Góes
Shara Kuhin

Organização e Produção do Boletim
Elizabeth Alves Silva Ferreira
José Sérgio Gomes da Silva

✉ Ceduc@mpba.mp.br
☎ 3103-0385
☎ 3103-0387
☎ 3103-0388

Índice



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA EDUCAÇÃO – CEDUC
5ª Avenida, nº 750, do CAB - Salvador, BA - Brasil - CEP: 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui